

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.769.362 - SP (2020/0257204-5)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PROCURADORE : MARCELA MERCANTE NEKATSCHALOW - SP106590**  
**S**  
**SANDRA YURI NANBA - SP110316**  
**AGRAVADO : DANIELE RIBEIRO CUNHA**  
**AGRAVADO : MILTON SUZUKI JUNIOR**  
**ADVOGADO : DANILO ALVES GALINDO - SP195511**

**DECISÃO**

Cuida-se de agravo apresentado pela FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "c", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, assim resumido:

Preliminar. Nulidade da sentença. Inocorrência. Admissibilidade em relação à consideração de prova “emprestada”. Perícia realizada para julgamento de hipótese semelhante à sob reapreciação. Atendimento aos princípios da economia processual e celeridade. Partes que tiveram ciência e puderam se manifestar a respeito do laudo decorrente dessa perícia. Inteligência do artigo 372 do Código de Processo Civil. Arguição preliminar desacolhida, portanto.

Apelação e remessa necessária. Insurgência em relação à sentença pela qual julgado procedente o pedido dos autores a fim de que reconhecido o direito deles à percepção de adicional de insalubridade em grau máximo (40%). Laudo decorrente de perícia que é de consideração. Prova emprestada pela qual constatado grau máximo de insalubridade em decorrência do exercício do cargo de oficial administrativo em penitenciária. Precedentes deste Tribunal. Juros de mora e correção monetária que deverão obedecer ao que for decidido, definitivamente, pelo Supremo Tribunal Federal mediante o julgamento do recurso extraordinário 870.947/SE (tema 810).

Apelação e remessa necessária improvidas, portanto.

Aponta divergência de interpretação jurisprudencial no que concerne à “necessidade de fixação do termo inicial do pagamento do adicional de insalubridade a partir da data de homologação do laudo pericial que reconheceu a existência de condições insalubres”

# *Superior Tribunal de Justiça*

É, no essencial, o relatório. Decido.

Na espécie, incide o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que a parte recorrente deixou de indicar com precisão quais dispositivos legais seriam objeto de dissídio interpretativo, o que atrai, por conseguinte, o enunciado da citada súmula: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nessa linha, o Superior Tribunal de Justiça já se manifestou no sentido de que, “uma vez observado, no caso concreto, que nas razões do recurso especial não foram indicados os dispositivos de lei federal acerca dos quais supostamente há dissídio jurisprudencial, a única solução possível será o não conhecimento do recurso por deficiência de fundamentação, nos termos da Súmula 284/STF”. (AgRg no REsp 1.346.588/DF, relator Ministro Arnaldo Esteves Lima, Corte Especial, DJe de 17/3/2014.)

Confirmam-se ainda os seguintes julgados: AgInt no AREsp 1.616.851/SP, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 21/8/2020; AgInt no AREsp 1.518.371/RJ, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, DJe de 15/5/2020; AgInt no AREsp 1.552.950/SP, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 8/5/2020; AgInt no AREsp 1.023.256/SP, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe de 24/4/2020; e AgInt nos EDcl no AREsp 1.510.607/SP, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 1º/4/2020.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor dos honorários sucumbenciais que serão fixados em liquidação de sentença, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente